NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2013

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Administração Direta compreende os órgãos do Poder Executivo, composto por onze Secretarias Municipais e o Gabinete do Prefeito e pelo Poder Legislativo. Compõe também a estrutura orçamentária (Decreto 3.610 de 20.10.2011) o Órgão de Encargos Gerais, onde são apropriadas despesas com o pagamento de dívidas, amortização de déficit atuarial do FUNPRES, dentre outras. Instituídos por lei e com o objetivo de atender a diversas áreas, também integram a estrutura administrativa os Fundos Especiais. Dentre vários Fundos, temos quatro com CNPJ próprio: Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo da Previdência, Aposentadoria e Pensão do Servidor – FUNPRES e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Todos estes são fundos contábeis, porém sem personalidade jurídica. O Município faz parte de um Consórcio Intermunicipal – CISGA. Não há nenhuma Autarquia ou Fundação vinculada ao Município

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 3 - CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas e despesas orçamentárias evidenciadas no Balanço Orçamentário foram codificadas conforme a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com o Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício.

O índice de retorno de ICMS para o Município foi de 0,464045, ficando 6,06% abaixo do índice de 2012.

A perda do Município com o FUNDEB no exercício analisado foi de R$ 1.975.632,49, em virtude do número de alunos matriculados nas escolas de educação infantil e fundamental da rede municipal de ensino não ser suficiente para fazer frente à dedução de 20% de determinadas transferências do Município, previstas em Lei.

Na receita de Dedução da Remuneração da renda Fixa e Variável do RPPS (categoria da receita 91328) estão registrados os rendimentos negativos das aplicações. Em contrapartida, os rendimentos positivos foram registrados na categoria de receita 41328 – Remuneração dos Investimentos do RPPS.

A Reserva de Contingência do RPPS não foi utilizada em 2013. As dotações orçadas para o exercício foram suficientes para o pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Quanto à Reserva de Contingência do Município, fixada na LDO em 0,5¨% da RCL, a mesma foi utilizada integralmente para abertura de créditos adicionais.

O valor de R$ 7.234.763,16 de receitas intraorçamentárias corresponde ao recebimento pelo FUNPRES de contribuição patronal referente a ativos, inativos e pensionistas, além da dívida e déficit atuaria Representa despesa intraorçamentária para o Município.

Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para receitas e despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

Dívida Ativa – Curto e Longo Prazo e Provisão para Perdas

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o qual nos sugere, que no curto prazo poder-se-á registrar o montante apurado pelo dobro da média da arrecadação dos últimos três exercícios. E no longo prazo registrar-se-á o saldo restante. Desta forma, os montantes apurados tanto no curto como no longo prazo conterão o histórico de arrecadação, representativa na estimativa de recebimentos futuros.

Dívida Ativa – Ajuste a Valor Recuperável

Conforme o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, os montantes inscritos em dívida ativa apresentam probabilidades de não se realizar na sua totalidade. Importante dizer que a incerteza reside no fato da realização ou não do recebimento futuro e não na pessoa do devedor. Isto se comprova por alguns eventos historicamente ocorridos. Como exemplo disto podemos citar a baixa de valores por cancelamentos, valores questionados judicialmente culminando arrecadação em montante menor, além de outros. O ajuste redutor está calcado nas Normas Internacionais de Contabilidade, com base no respectivo Conselho Federal. E em consonância também com a Lei Nacional 4.320, de 17 de março de 1964, a provisão para perdas em dívida ativa contribui para a transparência do real patrimônio da Entidade.

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			
ANO	SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	COBRANÇA NO EXERCÍCIO	PERCENTUAL COBRADO SOBRE O SALDO
2011	7.892.753,21	640.311,16	8,11%
2012	10.804.543,67	728.742,85	6,74%
2013	12.652.348,4	767.478,67	6,07%
MÉDIA	**10.449.881,76**	**712.177,56**	**6,82%**
Saldo após a inscrição e cancelamentos de final de exercício			14.532.013,33
Saldo curto prazo p/exerc. seguinte: dobro da média		13,64%	1.982.166,62
Saldo no final do exercício atual			1.388.481,50
Valor a lançar no final do exercício			**593.685,12**
Provisão de perdas p/exercício seguinte		93,18%	11.693.947,16
Saldo atual			10.036.752,64
Valor a lançar no final do exercício			**1.657.194,52**

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			
ANO	SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	COBRANÇA NO EXERCÍCIO	PERCENTUAL COBRADO SOBRE O SALDO
2011	395.549,84	10.857,12	2,74%
2012	467.426,77	21.257,28	4,55%
2013	462.725,38	10.574,84	2,29%
MÉDIA	**441.900,66**	**14.229,75**	**3,22%**
Saldo após a inscrição e cancelamentos de final de exercício			580.100,66
Saldo curto prazo p/exerc.seguinte: dobro da média		6,44%	37.358,48
Saldo no final do exercício atual			4.397,90
Valor a lançar no final do exercício			**32.960,58**
Provisão de perdas p/exercício seguinte		96,78%	525.265,88
Saldo atual			-
Valor a lançar no final do exercício			**525.265,88**

Demonstrações Contábeis

A partir de 2013, o Município vem adotando o novo PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

A previsão inicial do Balanço Orçamentário Geral do Município de Garibaldi era de R$ 91.000.000,00, sendo R$ 71.500.000,00 do Município (Executivo e Legislativo) e R$ 19.500.000,00 do FUNPRES.

O Fundo de Previdência (FUNPRES), que tem um plano de amortização a longo prazo, possui em 31.12.2013, disponibilidades financeiras no montante de R$ 65.798.023,30, estando o mesmo aplicado em bancos oficiais do Município.

No Balanço Financeiro consta o valor de R$ 1.270.000,00, tanto no grupo de Transferência Financeira Concedida p/ Execução Orçamentária, como Transferência Financeira Recebida p/ Execução Orçamentária. Trata-se do valor total anual transferido pelo Executivo para o Legislativo, conforme previsto pela Constituição. O valor de R$ 140.000,00, constante no mesmo demonstrativo, porém Independente de Execução Orçamentária representa a devolução do Legislativo para o Executivo, de valor não utilizado por aquele Poder.

No Balanço Patrimonial, o saldo do Patrimônio Líquido totaliza R$ 52.096.103,34, consolidando o Executivo, o Legislativo e o RPPS. O Patrimônio do RPPS contempla o lançamento de valores da Avaliação Atuarial do Fundo Próprio de Previdência do Município de Garibaldi, efetuado em 2013, pela empresa CSM Consultoria e Seguridade Municipal S/C, conforme Nota Técnica nº 2433/2013.

O superávit financeiro apurado em 31 de dezembro de 2013 será utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, respeitadas as vinculações de cada recurso.

No Ativo Circulante, o grupo de Créditos a Receber totaliza R$ 3.317.820,17, dos quais R$ 3.305.348,57 refere-se a Entidades Federais e Estaduais (Créditos a Receber de Valores a Curto Prazo), e representa o valor que o Município tem a receber de Convênios Federais e Estaduais, já comprometidos para o Município, dando cobertura a valores empenhados em contratos com fornecedores já assinados, inclusive para o contrato de reformulação do Ginásio Municipal, com recursos de Operação de Crédito com o Badesul, que será liberado à medida que a mesma for executada.

No Passivo Circulante, houve no exercício de 2013, a contabilização das Provisões de Férias, Décimo Salário e Licença Prêmio, que somadas a outras obrigações de pessoal, perfizeram o montante de R$ 7.565.927,91.

O Passivo Permanente - Obrigações Exigíveis a Longo Prazo, contempla a conta de Provisão Matemática Previdenciária do RPPS, no valor de R$ 64.479.291,23 de acordo com o cálculo atuarial já citado anteriormente. Outros valores referem-se a Precatórios parcelados e operações de crédito internas, também parceladas.

No Demonstrativo das Variações Patrimoniais, o resultado entre a diferença das Variações Patrimoniais Aumentativas em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas representa um déficit de R$ 9.494.090,78. Este resultado deve-se especialmente à atualização da Provisão para o RPPS, de acordo com o cálculo atuarial do exercício, além da Constituição das Provisões Trabalhistas (Férias e Licença Prêmio).

NOTA 4 - REABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS

Durante o exercício de 2013, foi reaberto um Crédito Especial no montante de R$ 6.880,00, de acordo com a Lei Municipal 4.380 de 31.10.2012. Não houve, no decorrer do exercício de 2013, abertura de créditos extraordinários.

NOTA 5 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Em 2013, foram registrados eventos de amortização de parcelas de operações de crédito oriundas de Contratos firmados junto a Instituições Financeiras, cujos recursos foram canalizados para diversas áreas, predeterminadas. Ressalta-se que a amortização parcelada obedece a cláusulas contratuais em todas as suas circunstâncias.

NOTA 6 - AJUSTES DECORRENTES DE ERROS E OMISSÕES

Não houve ajustes decorrentes de erros e omissões julgados relevantes ou comprometedores.

NOTA 7 – UTILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA DE NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Todas as regras que nortearam a escrituração contábil foram editadas por Órgãos Nacionais, ainda que fundamentadas ou influenciadas por normas internacionais.

NOTA 08 – RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

As despesas e receitas intraorçamentárias originam-se a partir da Contribuição Social Patronal do Município para o FUNPRES, na alíquota de 12,94%, além da Amortização do Déficit Atuarial, na alíquota (suplementar) de 26,95% em 2013. Ambas incidem sobre a mesma base de cálculo.

NOTA 09- ATIVOS IMOBILIZADOS E INTANGÍVEIS OBTIDOS A TÍTULO GRATUITO

Houve no exercício o lançamento de uma série de bens recebidos pelo Município em doação, os quais já foram contabilizados e registrados no Patrimônio do Município.

NOTA 10 – DEMONSTRAÇÃO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

A Lei Orçamentária para o exercício de 2013 de nº 4.392 estimou a receita e fixou a despesa em R$ 91.000.000,00. Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício e a transferência de créditos especiais alteraram estas cifras, conforme quadro abaixo:

DESPESA FIXADA	91.000.000,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	10.749.657,54
CRÉDITOS ESPECIAIS	16.584.328,94
(-) REDUÇÕES	7.837.468,41
DESPESA AUTORIZADA	110.496.518,07

No exercício de 2013 foram abertos 49 decretos de créditos adicionais, que somaram R$ 27.333.986,48, sendo 34 suplementares e 15 especiais (dentre eles uma reabertura), e utilizados os recursos abaixo de acordo com o artigo 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964:

SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.388.393,55
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	4.570.517,62
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	7.837.468,41
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	12.537.606,90
TOTAL	27.333.986,48

Percentual de abertura de créditos adicionais

Limite para suplementação por Decreto do Executivo conforme artigo 7º da Lei de Orçamento - 5% sobre R$ 91.000.000,00	Limite	Utilizado	Saldo
	4.550.000,00	2.764.625,29	1.785.374,71

Antonio Cettolin
Prefeito Municipal

Antonio Fachinelli
Secretário Municipal da Fazenda

Andréia Cagliari Ferrari
Contadora-CRCRS 59.439